

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.680 - AL (2019/0101750-2)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
RECORRIDO : ECOBRASA COMERCIO LTDA
ADVOGADO : JOSÉ ALVES DA SILVA FILHO E OUTRO(S) - AL003281

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA, com fulcro na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ fl. 169):

CONSTITUCIONAL E AMBIENTAL. AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO. MANDADO DE SEGURANÇA. TRANSPORTE DE CARVÃO VEGETAL SEM LICENÇA VÁLIDA. APREENSÃO DO VEÍCULO. LIBERAÇÃO. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Apelação interposta pelo IBAMA contra sentença que manteve a decisão liminar, concedendo parcialmente a segurança, para determinar "que o bem apreendido deverá ficar sob a guarda do representante legal da postulante, na qualidade de fiel depositário, nos termos do Decreto 6.514/08, até a conclusão do processo administrativo, que o deverá entregar à autoridade impetrada, acaso constatada a prática infracional".

2. Agravo retido interposto pelo IBAMA não conhecido, tendo em vista não ter sido expressamente requerida a sua apreciação pelo Tribunal, nos termos do art. 523, § 1º do CPC.

3. A empresa impetrante foi autuada (AI nº 674568) e teve apreendido veículo de sua propriedade (Termo de Apreensão nº 387.814-C), por transportar 81 (oitenta e um) sacos de carvão vegetal nativo, sem a licença válida para todo o tempo da viagem (Documento de Origem Florestal - DOF).

4. Considerando que o veículo constituiu mero meio de transporte, utilizado ocasionalmente na prática de um crime ambiental, não deve ser aplicado o disposto no § 4º do art. 25 da Lei 9.605/98, que trata da apreensão dos instrumentos do crime para venda, garantida a descaracterização.

5. É de se aplicar ao caso o disposto nos arts. 105 e 106 do Decreto nº 6.514, de 2008, que prevêem que os bens apreendidos podem ser confiados a fiel depositário até o julgamento do processo administrativo.

6. Agravo retido não conhecido. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, improvidas.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 185/188).

Nas suas razões, a parte recorrente aponta violação do art. 535 do CPC/1973, dos arts. 3º, IV, 47, § 1º, 105, 106, II e 134, V, do Decreto 6.514/2008, dos arts. 25, *caput*, 46, parágrafo único e 72, IV, da Lei 9.605/98.

Para tanto, sustenta negativa de prestação jurisdicional e argumenta a necessidade de revogação da decisão que liberou o veículo apreendido.

Superior Tribunal de Justiça

Sem contrarrazões. (e-STJ fl. 202).

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 218/219).

Em parecer (e-STJ fls. 229/233), o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

Quanto ao apontado art. 535 do CPC/1973, forçoso convir que não há que se cogitar violação do referido dispositivo se todas as questões necessárias ao desate da controvérsia foram examinadas e decididas, ainda que em desacordo com o pleito da parte recorrente, como ocorreu *in casu*.

Ademais, o julgador não está adstrito à fundamentação adotada no recurso para dirimir a demanda, assim como não está obrigado a refutar expressamente todas as teses aventadas pela defesa, desde que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais rejeitou a pretensão deduzida.

Nesse sentido, consulte-se o AgInt no REsp 1.223.128/RS, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 29/06/2016; e AgInt no REsp 1.554.431/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28/09/2016.

Por outro lado, no caso concreto, o Tribunal de origem afirmou que não ficou comprovada a utilização do veículo apreendido com o fim específico e exclusivo para cometimento de crime ambiental e, por isso, confiou-o ao recorrido, na qualidade de depositário fiel, nos termos do Decreto 6.514/2008.

Vejamos trecho esclarecedor do acórdão combatido (e-STJ fl. 167):

No caso dos autos, considerando que o veículo constitui mero meio de transporte, ocasionalmente utilizado na prática de um crime ambiental, não deve ser aplicado o disposto no § 4º do art. 25 da Lei 9.605/98, que trata da apreensão dos instrumentos do crime para venda, garantida a descaracterização.

É de se aplicar ao caso o disposto nos arts. 105 e 106 do Decreto nº 6.514, de 2008, que prevêem que os bens apreendidos podem ser confiados a fiel depositário até o julgamento do processo administrativo.

Como se vê, em face das premissas fáticas assentadas no acórdão objurgado, a modificação do entendimento firmado pelas instâncias ordinárias no sentido do preenchimento dos requisitos para a liberação do veículo e a constituição de depositário fiel, demandaria, indubitavelmente, o reexame de todo material cognitivo produzido nos autos, desiderato incompatível com a via especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO SUBMETIDO AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. MANDADO DE SEGURANÇA. LIBERAÇÃO DE VEÍCULO UTILIZADO EM TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE USO REITERADO NA PRÁTICA DE INFRAÇÃO AMBIENTAL.

1. O presente recurso decorre de mandado de segurança objetivando a liberação de veículo utilizado em transporte de madeira realizado à margem das disposições legais.
2. O Tribunal de origem decidiu em favor do proprietário sob o entendimento de que não foi comprovada a utilização do veículo de forma reiterada e exclusiva na prática de infração ambiental.
3. Não há como acolher entendimento diverso defendido pelo IBAMA, pois seria necessária a revisão do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pelo teor da Súmula 7/STJ.
4. Na mesma linha de consideração, citam-se: AgInt no REsp 1688450/AC, Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 10/11/2017; REsp 1570346/PR, Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 18/04/2017.
5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.144.175/PA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 11/12/2018).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IBAMA. TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA. APREENSÃO DO VEÍCULO. LIBERAÇÃO, COM NOMEAÇÃO DO PROPRIETÁRIO COMO FIEL DEPOSITÁRIO. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO FÁTICO DA CAUSA, CONCLUIU PELA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO RISCO DE COMETIMENTO DE NOVAS INFRAÇÕES. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança, impetrado pela parte agravada contra ato do Gerente Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA em Sobral/CE, objetivando a sua nomeação como fiel depositário de seu veículo, apreendido por suposta prática de infração ambiental. O Tribunal de origem manteve a sentença, que concedera a segurança.

II. Considerando a fundamentação adotada na origem - no sentido de que "a Administração não demonstrou, de maneira inequívoca, risco de cometimento de novas infrações caso determinada a liberação do bem" - o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte. Nesse sentido, em casos análogos: STJ, AgRg no AREsp 452.815/PA, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 1º/12/2014; STJ, AgInt no AREsp 1.196.084/RO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/08/2018.

Superior Tribunal de Justiça

III. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.327.309/CE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 11/10/2018).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA OBJETIVANDO A LIBERAÇÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS. TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 2o., 25, § 4o. E 72, IV DA LEI 9.605/1998. PARA CONCEDER A LIBERAÇÃO, A CORTE REGIONAL ENTENDEU COM BASE NOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS QUE O VEÍCULO APREENDIDO NÃO ERA UTILIZADO EXCLUSIVAMENTE PARA FINS ILÍCITOS. ENTENDIMENTO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES STJ. PRECEDENTES: AGRG NO ARESP 455.159/RO, REL. MIN. DIVA MALERBI, DJE 12.2.2016 E RESP 1.436.070/RO, REL. MIN. HUMBERTO MARTINS, DJE 16.11.2015, DENTRE OUTROS. AGRAVO REGIMENTAL DO IBAMA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, decidindo-a forte nos elementos fático-probatórios dos autos, de modo que o acolhimento das alegações deduzidas pelo IBAMA demandaria a proscrita incursão neste acervo processual, através desta seara recursal.

2. No mérito, verifica-se que o acórdão regional está em harmonia para com a jurisprudência deste STJ. Precedentes: AgRg no AREsp. 455.159/RO, Rel. Min. DIVA MALERBI, DJe 12.2.2016 e REsp. 1.436.070/RO, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 16.11.2015, dentre outros.

3. Agravo Regimental do IBAMA a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 519.863/AP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 04/12/2017).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator